

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
EAD

DIONES SOUZA COSTA
LEIRILÉIA RAMOS GONÇALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

PORTO VELHO
20205

**DIONES SOUZA COSTA
LEIRILÉIA RAMOS GONÇALVES**

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

Monografia entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Gestão Pública, sob a orientação da professora Dra Patrícia Passos Simões

PORTO VELHO
2025

C837p

Costa, Diones Souza.

Políticas públicas no Brasil: um olhar sobre a educação / Diones Souza Costa, Leiriléia Ramos Gonçalves. - Porto Velho, 2025.
18 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Patrícia Passos Simões.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.


1. Políticas públicas. 2. Educação. 3. PNE. 4. FUNDEB. 5. Valorização docente. I. Gonçalves, Leiriléia Ramos. II. Simões, Patrícia Passos (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

CDD: 379.81


DIONES SOUZA COSTA
LEIRILÉIA RAMOS GONÇALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO


Aprovado em: 28/08/2025 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL CRISTINA BENTO**
Data: 05/09/2025 09:36:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra Isabel Cristina Bento – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA APARECIDA SANTOS**
Data: 05/09/2025 10:40:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Especialista Camila Aparecida Santos - Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA PASSOS SIMOES**
Data: 04/09/2025 22:51:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Patrícia Passos Simões - Orientador

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente o Plano Nacional de Educação (PNE), o FUNDEB e os programas de valorização docente, visando compreender em que medida essas iniciativas têm contribuído para a superação das desigualdades sociais e regionais no acesso e na qualidade da educação. A pesquisa parte da compreensão de que a educação é um direito social garantido constitucionalmente, sendo responsabilidade do Estado assegurar sua universalização com qualidade. Com base em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental, foram investigadas as principais políticas públicas educacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e os programas de formação de professores. Os resultados apontam que, apesar de avanços importantes, como a ampliação do acesso à educação básica e superior, ainda persistem desigualdades regionais, problemas de financiamento e desafios na valorização dos profissionais da educação. Conclui-se que, para garantir uma educação de qualidade e equitativa, é necessário um compromisso contínuo com a implementação, avaliação e reformulação das políticas públicas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Educação. Plano Nacional de Educação. FUNDEB. Valorização docente.

ABSTRACT: This paper aims to discuss Brazilian public education policies, particularly the National Education Plan (PNE), FUNDEB, and teacher development programs, aiming to understand the extent to which these initiatives have contributed to overcoming social and regional inequalities in access to and quality of education. The research is based on the understanding that education is a constitutionally guaranteed social right, and it is the State's responsibility to ensure its universal, high-quality provision. Using a qualitative approach and a literature review and document analysis, the main public education policies, such as the National Education Plan (PNE), the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education (FUNDEB), and teacher training programs, were investigated. The results indicate that, despite important advances, such as expanded access to basic and higher education, regional inequalities, funding problems, and challenges in the development of education professionals persist. It is concluded that, to guarantee quality and equitable education, a continuous commitment to the implementation, evaluation and reformulation of public educational policies is necessary.

KEYWORDS: Public policies. Education. National Education Plan. Teacher appreciation. Educational.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
3. METODOLOGIA	10
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	14

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito de todos e dever do Estado, estabelecendo as bases legais para a criação e implementação de políticas públicas voltadas à universalização do acesso e à melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 1988; Duarte, 2007).

No entanto, apesar dos avanços normativos e institucionais conquistados nas últimas décadas, persistem desafios significativos na garantia de uma educação equitativa e eficaz em todo o território nacional (Saviani, 2009). A desigualdade regional, a precarização da infraestrutura escolar, a desvalorização docente e as dificuldades de permanência dos estudantes são alguns dos entraves enfrentados cotidianamente pela educação pública brasileira.

A justificativa para este estudo reside na relevância social e acadêmica do tema, especialmente em um contexto em que a educação ocupa papel central nas discussões sobre desenvolvimento humano, inclusão social e redução das desigualdades. As políticas públicas educacionais refletem as prioridades do Estado e os compromissos assumidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

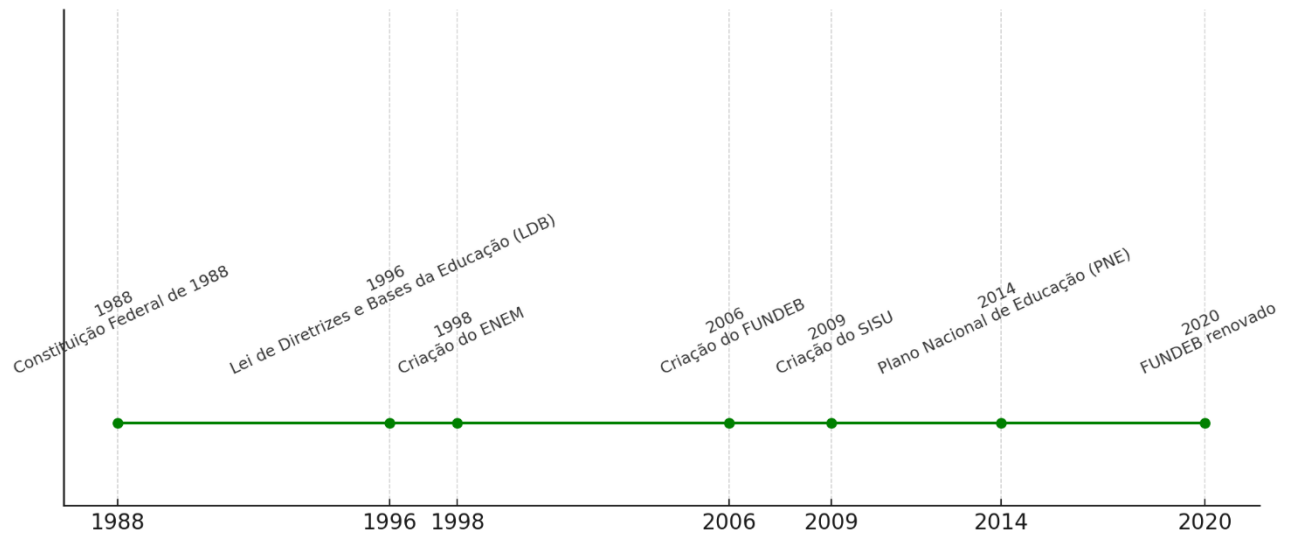
Dessa forma, compreender as diretrizes, os avanços e os limites dessas políticas permitem não apenas uma avaliação crítica da atuação governamental, mas também a identificação de caminhos possíveis para a superação dos problemas históricos que ainda impedem o pleno exercício do direito à educação no país.

Além disso, a análise das políticas públicas voltadas para a educação revela a complexidade dos processos de formulação, implementação e avaliação dessas ações, que envolvem múltiplos atores sociais, interesses políticos e desafios estruturais. Ao investigar a eficácia das iniciativas adotadas nas últimas décadas — como o Plano Nacional de Educação (PNE), os programas de valorização docente, a ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), entre outros — busca-se contribuir para o debate sobre a construção de um sistema educacional inclusivo, democrático e de qualidade socialmente referenciada.

Assim, este trabalho propõe-se a examinar criticamente essas políticas à luz dos princípios constitucionais e das demandas contemporâneas da sociedade brasileira, oferecendo uma reflexão sobre o papel do Estado na promoção de uma

educação transformadora. Compreender como as políticas públicas têm sido formuladas e implementadas permite identificar falhas estruturais e propor caminhos para a efetivação de uma educação de qualidade para todos (Saviani, 2009; Cury, 2002; Brasil, 2014).

Figura 1: Linha do Tempo das Políticas Públicas Educacionais no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A figura acima mostra os principais acontecimentos entre 1988 e 2020:

- **1988** – Constituição Federal de 1988, que consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado.
- **1996** – Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo normas gerais da educação brasileira.
- **1998** – Criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- **2006** – Criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).
- **2009** – Criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU)
- **2014** – Instituição do Plano Nacional de Educação (PNE), com metas decenais para o setor.
- **2020** – Renovação do FUNDEB, transformando-o em permanente e ampliando seu financiamento.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente o Plano Nacional de Educação (PNE), o FUNDEB e os programas de valorização docente, visando compreender em que medida essas iniciativas têm contribuído para a superação das desigualdades sociais e regionais no acesso e na qualidade da educação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação como Direito Social

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Neste contexto, a educação é vista como um instrumento de justiça social, pilar de sociedades justas e democráticas, sendo capaz de promover emancipação, reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania, mas para isso são necessárias políticas públicas que garantam a inclusão e justiça social (Brasil, 1988; Silva; Alves, 2021).

2.2 Plano Nacional de Educação (PNE)

Estabelecido pela Constituição Federal de 1998, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, em seu artigo 214, o Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano estratégico, instituído por lei, que estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação no Brasil ao longo de dez anos, visando orientar e promover a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades de ensino. Com isso, tem em vista garantir o direito à educação de qualidade, a valorização dos profissionais da educação, e a promoção da equidade, superando desafios educacionais e assegurando a continuidade das políticas públicas, independentemente das mudanças de governo. Para a sua implementação, o PNE envolve o regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios e a participação da sociedade civil (Brasil 1988; Brasil, 2014; Ministério da Educação, 2025a).

2.3 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios que regem a educação nacional (Brasil, 1996). Criado em 2006 e renovado em 2020 por meio da Emenda Constitucional nº 108, o FUNDEB é o principal mecanismo de financiamento da educação básica pública no Brasil. Tem papel fundamental na redistribuição de recursos e na valorização dos profissionais da educação.

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Os recursos oriundos do Fundeb são destinados/distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, levando-se em consideração os respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido no art. 211, §§2º e 3º da Constituição Federal. Nesse sentido, os Municípios utilizarão os recursos provenientes do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio. (Ministério da Educação, 2025b).

2.4 Valorização Docente

A valorização dos profissionais da educação é um dos pilares do PNE e condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino. Inclui formação inicial e continuada, condições de trabalho e a política de piso salarial. A temática da valorização docente no âmbito da Educação Básica tem estado presente no debate educacional brasileiro nas últimas décadas, ganhando especial destaque nas políticas educacionais que vêm sendo estabelecidas pelas diferentes esferas de governo, balizadas pelos Planos Nacionais de Educação (PNE) (Weber, 2015).

O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), oferece iniciativas de formação continuada, na perspectiva de garantia de oportunidades adequadas de formação e desenvolvimento profissional dos educadores, da promoção do reconhecimento social da profissão docente por parte das famílias e das comunidades, bem como da melhoria contínua das condições de trabalho e de remuneração dos professores e profissionais da educação. A formação continuada é um dos principais vetores do desenvolvimento profissional dos educadores. A

formação permite ao professor compreender e desafiar os limites e as contradições que emergem no exercício cotidiano da ação docente, mobilizando diferentes formas de conhecimento e valendo-se da capacidade criativa individual e coletiva. A perspectiva do diálogo, por meio da construção colaborativa e do reconhecimento do potencial criativo de professores, das redes e dos sistemas de ensino, tem sido a tônica do trabalho no MEC (Ministério da Educação, 2025c).

A efetivação da valorização docente implica em um conjunto articulado de políticas de formação inicial, formação continuada (a ser executada em associação com as diversas esferas de governo e as instâncias formadoras) e políticas de carreira, remuneração, condições de trabalho, de responsabilidade dos sistemas de ensino, que requerem simultaneidade de ação, para que possam produzir melhorias substantivas no sistema educacional do país (Weber, 2015).

2.5 IDEB e SAEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados sobre o fluxo escolar do Censo Escolar e as médias de desempenho nas avaliações feitas pelos estudantes obtidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas (Fundação Carlos Chagas, 2025).

O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (Ministério da Educação, 2025d).

Ele também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos (Ministério da Educação, 2025d).

Já o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. Permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências (Ministério da Educação, 2025e).

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e analítica. Foram utilizadas revisão bibliográfica e análise documental na área de políticas públicas e educação, bem como em documentos oficiais, como a Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação e relatórios do INEP.

O recorte temporal da análise contempla o período de 2001 a 2025, permitindo observar a evolução e os impactos das políticas educacionais. As palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica foram: “políticas públicas”, “educação”, “PNE”, “valorização docente”, “FUNDEB”, “Ideb” e “Saeb”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 As políticas públicas educacionais no Brasil

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país (Smarjassi; Arzani, 2017).

Neste sentido, o Brasil tem construído experiências singulares no processo de formulação de seus Planos Nacionais de Educação em relação a outras democracias, na medida em que o planejamento da política educacional tem envolvido os entes federados, as representações dos parlamentos, bem como as diferentes representações da sociedade civil (Ministério da Educação, 2025f)

O Brasil vem adotando várias de políticas públicas com o objetivo de ampliar o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino e reduzir as desigualdades educacionais. Entre as principais ações, destacam-se a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), a universalização do ensino fundamental, a ampliação do ensino médio e a valorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Ministério da Educação, 2025a, 2025c, 2025g).

Porém, segundo Vivot et al (2025), a execução do PNE tem sido prejudicada por problemas estruturais, como a falta de investimentos, a distribuição desigual de recursos e a baixa fiscalização das metas. Um dos aspectos que mais impactam a efetividade do PNE é a precarização do trabalho docente. Os professores são os principais agentes na implementação do plano, mas continuam enfrentando baixas condições salariais, falta de um plano de carreira estruturado e inconstância na realização de concursos públicos para contratação de docentes efetivos.

4.2 Avanços e desafios no campo da educação

Dentre os avanços observados, destaca-se a expansão do acesso à educação básica e superior, a implementação de programas como o Fundeb, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Saeb. Tais políticas contribuíram para democratizar o acesso ao ensino e promover certa inclusão social.

Outro destaque é o número de matrículas que aumentou, assim como os investimentos públicos, especialmente após a criação do FUNDEB (Brasil, 2007; Brasil, 2020; Saviani, 2009). O PNE 2014–2024 estabeleceu metas ambiciosas, como a universalização do ensino básico e a ampliação do acesso ao ensino médio e superior (Brasil, 2014).

Este achado é importante, conforme elucida Menezes Filho (2012), a educação impacta diretamente diversos aspectos sociais e econômicos, aumentando

salários, reduzindo a criminalidade, melhorando a saúde pública e promovendo o crescimento econômico.

Existem diversas evidências mostrando que a educação é muito importante em várias dimensões econômicas e sociais no Brasil. Vários estudos mostram que uma maior escolaridade aumenta os salários das pessoas, diminui a propensão ao crime, melhora a saúde e diminui a probabilidade de ficar desempregado. Além disso, para o país como um todo, uma população mais educada traz um crescimento econômico maior, aumenta a produtividade das empresas, e potencializa os efeitos da globalização. (Menezes Filho, 2012, p.3)

Contudo, como Saviani (2008) aponta que democratizar o acesso não garante, por si só, qualidade educacional. Há necessidade de garantir permanência e aprendizagem adequadas. Além disso, Campos (2017) destaca que o financiamento ainda é insuficiente frente à complexidade do sistema educacional brasileiro. Persistem desigualdades regionais, baixos índices de aprendizagem em avaliações nacionais e internacionais e dificuldades na valorização docente. Muitas metas do PNE seguem não cumpridas, revelando falhas na implementação das políticas e na articulação entre os entes federativos.

Logo, os desafios ainda são numerosos. Somam-se aos já apontados que persistem índices elevados de evasão escolar, baixos resultados em avaliações internacionais, desigualdade entre regiões e entre escolas públicas e privadas, além da insuficiência de investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos. Além disso, os desafios da aprendizagem são agravados entre estudantes de baixo nível socioeconômico e grupos em situação de vulnerabilidade, como populações negras, indígenas e quilombolas. Destaca-se que a pandemia de Covid-19 agravou as desigualdades, o que torna essencial a implementação de políticas educacionais inclusivas e equitativas (Ministério da Educação, 2025f).

Segundo Vivot et al (2025), todos os aspectos da estrutura escolar devem estar alinhados a um propósito comum: educar. A estagnação da educação no Brasil não está na permanência do uso de metodologias tradicionais ou na precariedade da infraestrutura física das escolas, mas sim na falta de uma gestão eficaz e de um compromisso genuíno com as transformações necessárias.

4.3 Políticas públicas na valorização docente e no acesso equitativo à educação

De acordo com dados dos Censos Escolar e do Censo da Educação Superior de 2023, a educação básica conta com 2,4 milhões de docentes e a educação superior, 319.705. Do total de professores na educação básica, 1,9 milhão estão na rede pública. Na rede privada, são mais de 565 mil docentes (Ministério da Educação, 2025g).

Apesar do expressivo quantitativo, a crescente desprofissionalização e desvalorização do magistério público no Brasil é um problema que afeta a qualidade da educação e compromete o direito à aprendizagem. Este fenômeno é evidenciado por vários fatores. Não obstante os relevantes progressos das duas décadas recentes, mais de um terço dos professores atua sem a formação adequada na área curricular em que lecionam. Eles enfrentam também a perda de direitos e a precarização das condições de trabalho. Destaca-se a remuneração média dos professores que é inferior à de profissionais com formação equivalente, o baixo número de profissionais do magistério oriundos de grupos indígenas, quilombolas e do campo, bem como poucos educadores com habilitação para atuar na educação especial e na educação bilíngue de surdos e com populações em privação de liberdade. As condições de trabalho, incluindo a infraestrutura escolar, os recursos pedagógicos, o acesso limitado à internet e a tecnologias digitais, o volume de trabalho também merece destaque (Ministério da Educação, 2025f).

Não obstante, a precarização do trabalho docente também se manifesta na falta de reconhecimento social, nas excessivas atribuições burocráticas e na carência de apoio psicopedagógico para lidar com as múltiplas demandas dos alunos. Essa realidade, aliada aos já existentes problemas estruturais compromete a prática de propostas que exigem mais do que boa vontade do professor. Em tais circunstâncias, a formação docente torna-se, por vezes, um esforço individual, sem sustentação em políticas que estimulem a descoberta de novos caminhos de ensino e aprendizagem (Grabin et al, 2025).

O Brasil vem buscando medidas de estimular e valorizar a docência, respondendo a este tema cada vez mais presente nos debates educacionais. Recentemente anunciou ações adotadas pela gestão para fortalecer a formação docente, valorizar o magistério e incentivar a docência no País, incluindo reajuste

salarial, ações de formação de professores da educação básica, profissional e tecnológica e formação em temas da diversidade (Ministério da Educação, 2025g).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, conclui-se que as políticas públicas educacionais no Brasil representam importantes instrumentos de transformação social. Apesar dos avanços normativos e institucionais, persistem desafios estruturais, como as desigualdades regionais e a baixa remuneração docente. É imprescindível o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas, o aumento de investimentos na formação inicial e continuada dos professores e a promoção de uma gestão democrática, eficiente e transparente da educação pública. Somente com esses esforços será possível garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUN-DEB)**. Brasília: MEC, 2007.

CAMPOS, R. A. Financiamento da educação e desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Direito à Educação: direito à educação e políticas públicas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Ideb e Saeb: como exames de larga escala re-tratam a educação brasileira**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-noticia/ideb-avaliacao-educacao-brasileira/>. Acesso em 25 mai 2025.

GRABIN, F.S.L. Análise docente: políticas de valorização, tecnologias e equidade digital. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 11, n.5, maio. 2025

MENEZES FILHO, N. **Os benefícios da educação**. Folha de São Paulo, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNE – Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne#:~:text=O%20QUE%20%C3%89:%20Plano%20estrat%C3%A9gico,n%C3%ADveis%20e%20modalidades%20de%20ensino>. Acesso em: 26 ago 2025a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb#:~:text=A%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Uni%C3%A3o%20neste,Nacional%20de%20Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30 jul 2025b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Valorização dos professores é uma das metas do MEC**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/valorizacao-dos-professores-e-uma-das-metas-do-mec>. Acesso em 20 jul 2025c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 30 jul 2025d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 30 jul 2025e.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação MEC/Fundação Joaquim Nabuco, Editora Anpae, 2025f.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conheça as ações do MEC para formação e valorização docente**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/conheca-as-acoes-do-mec-para-formacao-e-valorizacao-docente>. Acesso em: 25 mai 2025g.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, EGB; ALVES, AS. A educação como direito social no Brasil e o desafio da qualidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, 2021.

SMARJASSI, C; ARZANI, J.H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VIVOT, L.M. Como a má administração do PNE interfere no exercício democrático e no alcance de uma educação de qualidade. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.17, n.4, p. 01-14, 2025.

WEBER, S.O plano nacional de educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. **Cedes**, v. 35, n. 97, p. 495-515, set.-dez., 2015.